INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

ELEMENTOS HISTÓRICOS

A Lei nº 14.521, de 15 de dezembro de 2022, que "*modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências*", criou a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e fiscalizar as políticas públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos, bem como a proteção e defesa do consumidor.

O Decreto nº 21.863, de 01 de janeiro de 2023, que "*define a estrutura organizacional básica da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH e da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES*", apresenta a estrutura organizacional básica da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH.

O Decreto nº 21.981, de 12 de abril de 2023, "*declara a vinculação dos fundos estaduais à estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH e da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, nos termos da Lei nº 14.521, de 15 de dezembro de 2022, na forma que indica, e dá outras providências*".

O Decreto nº 22.119, de 26 de junho de 2023, "*altera a composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma que indica*".

O Decreto nº 22.899, de 09 de julho de 2024, "*altera a composição do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CELGBT, na forma que indica*".

O Decreto nº 23.758, de 30 de maio de 2025, *"altera o Decreto nº 12.311, de 09 de agosto de 2010, na forma que indica".*

O Decreto nº 24.469, de 01 de abril de 2026, *"institui o Comitê Institucional de Políticas Públicas para Pessoas LGBTQIA+ do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências".*

O Decreto nº 24.546, de 25 de maio de 2026*, "altera o Decreto nº 24.469, de 01 de abril de 2026, na forma que indica".*

O Decreto nº 24.548, de 25 de maio de 2026, *"altera o quadro de cargos em comissão da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH, na forma que indica".*

O Decreto nº 24.549, de 25 de maio de 2026, *"aprova o Regimento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH, na forma que indica".*

ESTRUTURA

ÓRGÃOS COLEGIADOS
Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos - CEPDH
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CECA
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - CEPI/BA
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COEDE/BA
Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Conselho Estadual de Defesa do Consumidor - CEDC/BA
Conselho Gestor do Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor - CGFEPC/BA

UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SJDH
Gabinete do Secretário
Assessoria de Planejamento e Gestão
- Coordenação de Gestão Organizacional e de TIC;
- Coordenação de Planejamento e Orçamento;

Coordenação de Controle Interno
Diretoria Geral
- Coordenação de Licitações

Coordenação de Contratos, Convênios e Parcerias
Diretoria Administrativa
Coordenação de Recursos Humanos
Coordenação de Material e Patrimônio
Coordenação de Serviços Gerais
Coordenação de Suporte, Infraestrutura e Manutenção de TIC
Coordenação de Execução Orçamentária
Coordenação de Transportes
Diretoria de Finanças
Coordenação de Controle Orçamentário e Financeiro
Coordenação de Contabilidade Setorial
Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos
Diretoria de Promoção ao Acesso à Justiça e à Cultura da Paz
Diretoria de Prevenção às Violações de Direitos Humanos
Coordenação de Políticas Públicas para as Pessoas LGBTQIA+
Coordenação de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa
Coordenação de Políticas Públicas para as Crianças e Adolescentes
Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação dos Programas de Proteção
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão e Atenção à População Migrante e Refugiado
Coordenação de Promoção da Cidadania e Acesso à Justiça
Coordenação de Gestão, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
Superintendência dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Diretoria de Inclusão e Acessibilidade
Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
Coordenação de Atenção Integral aos Direitos da Pessoa com Deficiência
Coordenação de Integração e Articulação Institucional
Diretoria de Enfrentamento ao Capacitismo
Coordenação de Pesquisa e Ações Educativas
Coordenação de Ações de Combate às Violações de Direitos
Coordenação de Gestão, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor
Diretoria de Atendimento ao Consumidor
Coordenação de Orientação, Atendimento e Conciliação
Coordenação de Preparo e Acompanhamento de Processos
Diretoria de Fiscalização
Coordenação de Organização e Planejamento
Coordenação de Articulação Fiscalizatória
Diretoria de Pesquisa e Ações Educativas
Coordenação de Pesquisas, Estudos e Projetos
Coordenação de Ações Educativas
Coordenação de Gestão, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
Coordenação de Interiorização dos Serviços de Proteção e Defesa do Consumidor.

ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC

FINALIDADE

Planejar, coordenar, executar e fiscalizar as políticas públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos, bem como a proteção e defesa do consumidor.

COMPETÊNCIAS

- executar ações inseridas nas políticas públicas para as áreas de acesso à justiça, direitos humanos, promoção da cidadania e educação em direitos humanos, especialmente as voltadas à promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência, das pessoas idosas, população LGBTQIA+, migrantes, pessoas em condição de trabalho análogo à escravidão, pessoas traficadas, refugiadas e apátridas, bem como a de proteção dos consumidores;
- formular e coordenar a execução das políticas voltadas para as relações de consumo e proteção ao consumidor;
- articular-se com os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, com a Procuradoria Geral de Justiça, Defensoria Pública do Estado da Bahia, representações consulares com jurisdição no Estado, além de outros órgãos federais, estaduais, municipais e a sociedade civil, com vistas ao cumprimento da sua finalidade;

- coordenar as ações de fortalecimento das instâncias de participação e deliberação das políticas nas áreas de sua competência;
- elaborar, normatizar, orientar, acompanhar, avaliar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos às suas áreas de atuação;
- gerir os recursos destinados ao Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor - FEPC/BA, ao Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente - FECRIANÇA e ao Fundo Estadual da Pessoa Idosa;
- promover e coordenar estudos e pesquisas, objetivando a identificação e priorização do público das políticas públicas de acesso à justiça, direitos humanos, promoção da cidadania e educação em direitos humanos;
- promover, em articulação com as diversas esferas de governo, setor privado e organizações da sociedade civil, ações, programas e medidas voltadas a promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência, das pessoas idosas, população LGBTQIA+, migrantes, trabalho análogo a escravidão, tráfico de pessoas, refugiados e apátridas, bem como a de proteção dos consumidores;
- exercer outras atividades correlatas.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 14.521, de 15.12.2022
Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

Decreto nº 21.863 de 01.01.2023
Define a estrutura organizacional básica da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH e da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES.

Decreto nº 21.981, de 12.04.2023
Declara a vinculação dos fundos estaduais à estrutura da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH e da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES, nos termos da Lei nº 14.521, de 15 de dezembro de 2022, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto nº 22.119, de 26.06.2023
Altera a composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma que indica.

Decreto nº 22.899, de 09.07.2024
Altera a composição do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CELGBT, na forma que indica.

Decreto nº 23.758, de 30.05.2025
Altera o Decreto nº 12.311, de 09 de agosto de 2010, na forma que indica.

Decreto nº 24.469, de 01.04.2026
Institui o Comitê Institucional de Políticas Públicas para Pessoas LGBTQIA+ do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

Decreto nº 24.546, de 25.05.2026
Altera o Decreto nº 24.469, de 01 de abril de 2026, na forma que indica.

Decreto nº 24.548, de 25.05.2026
Altera o quadro de cargos em comissão da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH, na forma que indica.

Decreto nº 24.549, de 25.05.2026
Aprova o Regimento da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH, na forma que indica.